12 Brasília, domingo, 12 de junho de 1988 CORREIO BRAZILIENSE

#< *«3S'j*Jà& • •" -*'**£. «. .a-^w^. ' itilnji' -»u«W*. •• ,• -•-.'.>..

X ECONOMIA

Só falta de quorum derruba anistia aos micros i
Aprovadas as emendas, bancos preferem que entrem logo em vigor, evitando prejuízos ma

1W.| ADEMAR SHIRAISHI

Da Edltoria de Economia

• — . ' — — — — — •

Deputados, microempresários, Governo e até
banqueiros concordam que só a falta de quorum po-
de derrubar as emendas que, na Constituinte, esta-
belecem a anistia da correç-ao monetária para as
micro e pequenas empresas urbanas e rurais. Acu-
sados de ignorantes e irresponsáveis, até pelo mi-
nistro da Fazenda, Maílson Ferreira da Nóbrega, o
senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e o depu-
tado Humberto Souto (PFL-MG), autores das duas
principais emendas de anistia aos pequenos empre-
sários, defendem as suas propostas, neste debate
promovido pelo CORREIO BRAZILIENSE.

No debate, o deputado Benito Gama (PFL-BA)
rejeita de vez a postura do ministro da Fazenda e
considera viável a absorção do "subsídio explícito"
ás pequenas empresas pelo orçamento fiscal. Outro
debatedor, o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-
RS), presidente da Câmara Brasileira de Indústria
da Construção, condena o perdão de dívidas às cus-
tas dos cofres do Governo, quando milhões de brasi-
leiros passam fome, porém, diz que acata a decisão
da sociedade, através de seus representantes na
Constituinte. Já o quinto debatedor, o diretor da
Confederação Nacional da Micro e Pequena Em-
presa, Jo-ao Azevedo, conclama os pequenos em-
presários a pressionarem os constituintes para que
dêem quorum à votação das emendas de anistia.

Mansueto de Lavor aceita excluir de sua emenda

a extensão da anistia da correção monetária às
dívidas dos médios empresários urbanos, mas res-
salta que, na Justiça, até os grandes produtores ru-
rais conseguirão eliminar a correção de seus débi-
tos bancários, dentro da legislação já em vigor pa-
ra o crédito rural. Quem já pagou suas dívidas ban-
cárias — qualquer que tenha sido o sacrifício feito
— não terá o benefício da anistia.

Os bancos têm o apoio de Benito Gama para que,
após a negociação com os constituintes, a anistia
entre em vigor logo, através de decreto-lei. Os ban-
queiros querem impedir que aumentem os pre-
juízos com a isenç-ao da correção monetária, no
período que vai da aprovação das emendas até a
promulgação da nova Constituição.

P — Qual é o futuro des-
sas emendas, o que deve
ser alterado e o que deve
ser feito para aperfeiçoá-
las, depois do lobby dos
banqueiros, dos beneficiá-
rios, como também a pon-
deração das autoridades,
basicamente. Ministério da
Fazenda e Banco Central?
Mansueto — Eu quero
deixar claro que são três
propostas que serão debati-
das na Assembleia Nacio-
nal Constituinte, usando de
um dispositivo regimental
e por vontade dos seus au-
tores, essas propostas se-
rão fundidas em uma só,
como se saísse um substitu-
tivo, visando as melhores
condições políticas para a
sua aprovação. Os autores
dessas emendas são os de-
putados Humberto Souto e
Ziza Valadares e eu. Em
resumo: é preciso dizer,
afinal de contas, o que se
pretende. O objetivo geral
da emenda é retirar da
marginalidade económica,
a que foram atirados pelo
Plano Cruzado, aproxima-
damente, 10 milhões de uni-
dades produtivas rurais e
urbanas. As rurais repre-
sentadas pelos pequenos e
médios produtores, geral-
mente, unidades familiares
de produção rural, e urba-
nas, representadas por mi-
cro e pequenos empresá-
rios. Essas unidades produ-
tivas, que queremos resga-
tar da marginalidade em
que se encontram para a
atividade produtiva, ofere-
cem ou vão oferecer, uma
vez regularizadas sua si-
tuação financeira, entre 17
a 20 milhões de novos em-
pregos.

Nós não vamos ser injus-
tos com o Governo, ele já
tentou uma solução. Mas
essa solução foi inadequa-
da, insuficiente, paliativa e
levou essas unidades pro-
dutivas a uma situação
pior do que a anteriorEu
me refiro à resolução 1335,
do Banco Central.

P — senhor falou que es-
sa emenda vai beneficiar
todos os pequenos empre-
sários e produtores rurais.
São 10 milhões de unidades.
Quem vai pagar isso? O
contribuinte?
Mansueto — Diretamen-
te não. A ideia que se quer
passar para a opinião pú-
blica é de que vai se criar
um rombo, que é resultante
desse cancelamento, e se
tira dinheiro do Tesouro
para cobrir esse rombo. O
mecanismo que nós quere-
mos não é esse. A nossa de-
cisão é que um poder sobe-
rano e inquestionável, a As-
sembleia Nacional Consti-
tuinte, vai decretar esse
cancelamento e aquelas en-
tidades financeiras, que te-
nham na sua contabilidade
esse cancelamento, deve
considerá-lo como prejuízo
que, certamente, é abatido
do bruto dos seus lucros. Is-
so já é um mecanismo que
dá impacto no tesouro, mas
de maneira indireta. Os
bancos passarão a pagar
menos imposto de renda. O
Governo, por decreto-lei,
sem consultar a sociedade,
sem consultar os bancos,
sem consultar os contra-
tantes, que são os micros e
pequenos empresários e
produtores, terminou o
Plano Cruzado, fez o Plano
Cruzado Número Dois, per-
mitiu que a inflação
adquiri-se uma velocidade
muito grande e com isso in-
viabilizasse todos aqueles
que confiaram no Governo.
Eu parti do princípio de
que alguém deve ser res-
ponsabilizado por isso. Por
que somente o homem que
acreditou, o homem que
trabalha, luta e produz, o
homem que é pequeno e é
importante, porque é a eco-
nomia informal brasileira,
por que esse homem tem
que pagar sozinho essa car-
ga? Por que não dividir es-
se prejuízo, essa carga e

esse sofrimento com aque-
les que ganharam dinheiro
a vida inteira, que são os
bancos? Então, eu apresen-
tei uma emenda e, nela, eu
não transfiro esse prejuízo
para o Tesouro eu não me
preocupei se são bancos
oficiais ou particulares,
simplesmente, procurei so-
lucionar um problema que
eu conheço, que é um pro-
blema geral. O que ocorre é
que o Governo e os críticos
da minha emenda não es-
tão olhando o retorno eco-
nómico e social que a anis-
tia traz. Eles estão exami-
nando apenas como se fos-
se um caixa, como se fosse
uma pessoa que tivesse que
pagar e receber e não estão
olhando que o Governo é
uma coisa muito mais glo-
bal, muito mais universal.
P — Deputado, e quem já
pagou?
Souto — A nossa emenda
visa solucionar quem não
pode pagar, quem por uma
razão qualquer não pôde
pagar. Tanto é que a minha
emenda diz: "Que ele dei-
xou de pagar por motivos
que independeram da sua
vontade". Eu acho que
quem conseguiu sobreviver
sem tomar dinheiro em-
prestado, também vai ser
beneficiado, se nós recupe-
rarmos essa massa imensa
da sociedade brasileira que
está improdutiva, à beira
da falência e que vai come-
çar a produzir, empregar e
distribuir riquezas. A fuga
da falência dos aanistiados
bai beneficiar todo setor
produtivo.
P — Deputado, o senhor
falou que muitos vão per-
der a casa em que moram,
a propriedade rural etc.
Mas, talvez, o sujeito, que
pagou a dívida já tenha
perdido tudo isso... Aí, as
coisas estariam sendo um
pouco egoistas...
Souto — Pode ser que es-
teja sendo omissa com re-
ferência a essas pessoas
que já pagaram. Eu acho

0 QÚE CADA UM PENSA

« Fala-se de
rombo no Tesouro.
Não é isso. O banco

lança como prejuízo
eabate do IR.Esse

impacto no Tesouro
é indireto"

(Mansueto)

' »

que, se os bancos e o Gover-
no não estão aceitando sal-
var nem aqueles que estão
no hospital, enfermos, co
mo é que o Governo iria
salvar aqueles que já estão
salvos? Eu part i do
princípio lógico: se você es-
tá vendo a dificuldade, o
lobby e a pressão que nós
estamos enfrentando, sen-
do taxados de irresponsá-
veis, de insanos, de incom-
petentes, por ter apresen-
tado uma emenda que no
meu entendimento e na mi-
nha visão é uma emenda
séria, seletiva, uma emen-
da que visa recuperar para
o processo produtivo uma
massa imensa de trabalha-
dores e de produtores, você
imagina se nós tivéssemos
colocado na nossa emenda
que também todo mundo
que pagou seria ressarcido
pelo Governo. Aí é que nós
não teríamos nenhuma
chance de aprovação, é in-
clusive um sentimento prá-
tico do processo.

P — Então, o senador
abre mâo do item da sua
emenda que anistia todo o
processo produtivo?
Mansueto — Sim, por-
que, na prática, hoje, su-
preendentemente, já se
descobriu que qualquer
correção monetária inci-
dente sobre empréstimos
rurais é ilegal. Então como
o item III da minha emen-
da cobria até os grandes, e
eles têm seus meios, seus
instrumentos e recursos

Mansueto nega que o
Tesouro vâ pagar.
Benito não vê nisso
nenhum obstáculo.
Ponte é contra o
perdão. Souto acha

pagou suas dividas
fique excluido.
leved o conclama os
microempresários a
fazerem pressão.

para junto ao Governo e
aos órgãos competentes fa-
zer valer os seus direitos,
eles são desprezados. Essa
emenda é para um segmen-
to social taotalmente des-
protegido, que está sofren-
do silenciosamente esse
problema sem ter o peso
político ou a força necessá-
ria para fazer valer seus di-
reitos perante o Governo.
Benito — O perdão é his-
tórico na economia brasi-
leira. Nas secas no Nordes-
te e nas geadas no Sul, às
vezes, a pessoa pagou na
véspera o compromisso.
Então, o perdão evidencia
questão injusta, mas que
nunca retroagiu. Como isso
é um problema atípico, tem
que ter essas incoerências.
O microempresári o
tornou-se um segmento
desprotegido e desorgani-
zado.
O governo não deu aten-
ção a esses empresários.
Quando deu alguma aten-
ção, o governo facultou ao
banco fazer reescalona-
mento das dívidas.

Facultando, o banqueiro
só faz para ele; não existe
banqueiro sensível ou gene-
roso em lugar nenhum lu-
gar do mundo, e não so-
mente no Brasil. A solução
virá, eu não tenho mais dú-
vidas, mas virá não porque
eu concorde que esteja na
Constituinte. Eu acho que
isso não é assunto de Cons-
tituição, mesmo tendo as
disposições gerais e transi-
tórias; Nós devíamos enca-
minhar isso pelo Congresso
Nacional, mas a Consti-
tuinte foi o grande instru-
mento político para adver-
tir o Governo, para alertar
o Governo, que os mi-
croempresários estavam
também sendo protegidos
pelos representantes da so-
ciedade. Nós tentamos vá-
rias vezes, via Congresso
Nacional, com os ministros
Bresser e Maílson, resolver
isso em reuniões, mas não
tivemos êxito para atender
os pequenos. Infelizmente,
no Brasil, não há sensibili-
dade para resolver o pro-
blema dos pequenos.

Benito — Eu continuo
pensando que a Constituin-
te foi um bom instrumento

politico para nós pressio-
narmos, mas, ainda no ca-
so de se chegar a uma ne-
gociação, eu até sou parti-
dário do Governo optar por
um decreto-lei, que seja
baixado antes da votação,
na Constituinte.
Souto — Mas você acha
que deve ser feito por um
Decreto-lei, quando você
tem a legitimidade da
Constituinte para f azê-lo?
Benito — Eu concordan-
do contigo nessa questão
vou ter que concordar com
o colégio D. Pedro II, a Zo-
na Franca e outras coisas
que estão nas disposições
transitórias, embora o mé-
rito dessa questão seja ex-
tremamente importante. A
solução realmente virá
agora em função disso. A
grande pergunta é a se-
guinte: Quem paga a con-
ta? Quem paga a conta,
não há dúvida nenhuma,
será o cidadão brasileiro, o
contribuinte. Hoje a grande
questão é a seguinte: E jus-
to ter mérito para se fazer
essa decisão, em função do
subsídio explícito? Eu acho
que tem, pois o Governo
subsidia nesse País tudo.
Ano passado, só na agricul-
tura do Centro-Sul, foram
subsidiados 4,5 bilhões de
dólares. Isso para não falar
nos subsídios mais corri-
queiros, como os da Eletro-
brás, que é subsidiada com
o dinheiro do contribuinte e
é credora da Eletropaulo,
da Cesp, da Cemig e de ou-
tras companhias no valor
de 174 bilhões e 600 milhões
de cruzados, exatamente o
valor do custo das emendas
de anistia da correção mo-
netária. Ora, se o contri-
buinte brasileiro está sub-
sidiando a Eletropaulo, a
Cesp e a Cemig exatamen-
te nesse valor quantificado
pelo senador Mansueto, por
que o Governo também não
pode subsidiar milhões e
milhões de micro e peque-
nos empresários que estão
com problemas criados não
por eles, mas criados pelo
próprio Governo?

P — Mas o Governo está
hoje querendo acabar com
os subsídios, alega que...
Benito — O Governo não
está querendo acabar com

os subsídios, ele está que-
rendo acabar com o déficit
público. Eu não estou pro-
pondo aumentar o déficit
público, mas, em vez de
dar subsídio ao aço este
ano, você daria aos mi-
croempresários que estão
quebrados. Eu estou que-
rendo replanejar. Vou dar
outro exemplo: Este ano, o
orçamento foi elaborado m
base numa inflação de 120
por cento, que vai a 600 por
cento. O orçamento que es-
tá sendo executado é da or-
dem de 3 trilhões e 200 bi-
lhões, está sendo refeito e,
com a revisão, vai chegar
em torno de 15 trilhões de
cruzados. Ou seja, nós va-
mos suplementar 12 tri-
lhões de cruzados. Ora, não
é possível que desses 12 tri-
lhões você não tenha 200 bi-
lhões de cruzados para alo-
car num projeto, remane-
jando dentro da realidade
do contexto desse Governo
para atender os micro em-
presários. Financeiramen-
te, o Governo pode e deve
entrar nesse esquema.
Quando ele entra nos ban-
cos estaduais fazendo in-
tervenções políticas, ele já
investiu mais de 300 bilhões
de cruzados nas interven-
ções mal feitas do Banerj,
do Baneb, do Bemge etc.
Ponte - Inicialmente eu
gostaria de registrar que
n'os temos que indagar três
coisas: O que é necessário,
o que é possMvel e o que é
justo. O que e necessário, é
isso que se fala aqui. Nas
discrepâncias de números,
eu não entro em julgamen-
to, porque eu não conheço.

Na minha visão, o justo é
simplesmente dar condição
para o cara pagar o valor
real que ele tomou, porque
o equívoco foi só acreditar
numa inflação baixa. O jus-
to é simplesmente dar con-
dições para o cara pagar,
inclusive pelo rendimento
futuro em termos reais,
nem que seja em 30 anos.

w "O justo é dar
condições do cara
pagar, nem que
seja em 30 anos. Sou
contra esse negócio
de dar como perdão,
como subsídio".

(Pontes)

' »

Quando o seu negócio gerar
riqueza, você paga. Não
vai receber presente Nós
temos hoje uma realidade
política. A primeira reali-
dade é de uma emenda que
tem uma conotação de que
você vai privilegiar quem é
importante para que o País
continue vivo, em detri-
mento de um setor que toda
a nação considera como
permanentemente privile-
giado, que é o setor bancá-
rio. Há um ódio implícito
em 99 por cento dos brasi-
leiros quanto a isso. Você
tem que ver que a realida-
de é que, inexoravelmente,
uma emenda desse tipo de-
verá ter acolhida no plená-
rio, a menos que o nosso
quorum baixe demais.

Em termos de justiça eu
não quero analisar, meu
ponto de vista é outro, eu
sou contra toda espécie de
subsídio. Só admito um tipo
de subsídio: é para o cara
que é um miserável e não
tem como comer com todo
o seu esforço; para que ele
possa se alimentar, se edu-
car e morar. Eu sou contra

esse negócio de dar como
perdão, como subsídio. Eu
sou a favor, neste momen-
to, apenas por causa do ca-
so político que está aí.
Mansueto - como você
vai viabilizar isso na práti-
ca? Você termina no mes-
mo aspecto da resolução
1335, que ficou a critério
dos bancos a renegociação
e o micro empresário não

se beneficiou de nada.
Ponte - O banco realmen-
te acaba achando uma so-
lução, desde que o camara-
da não possa pagar, porque
o próprio banco é o interes-
sado em que o cara pague.
O que o banco não faz é per-
doar, se a pessoa tem como
pagar. A solução lógica,
justa e factível é você pro-
jetar para a frente, você
vai pagar quando puder,
mas você vai pagar. Eu
não estou dizendo que não
houve problemas com os
microempresários, nâo es-
tou culpando nenhum de-
les, mas eu conheço milha-
res de microempresárips
que estão bem e vivendo
uma maravilha com sua
família, comparativamen-
te aos miseráveis. Acho
que é importantíssimo nós
aglutinarmos os que estão
quebrados para o setor pro-
dutivo, eu concordo plena-
mente com a finalidade da
emenda.
Eu não tenho nenhuma
dúvida entre dar esses re-
cursos como perdão, de
presente, a esses grupo de
microempresários, merece
o meu maior respeito, e dar
para os 60 milhões de brasi-
leiros que não têm o que co-
mer e que tem a mortalida-
de infantil que tem, eu co-
mo Governo, em termos de
justiça, deslocaria para es-
tes últimos e diria ao mi-
croempresários: vocês vão
pagar no futuro, com pro-
duto que vocês fizerem no
futuro.

P — Então, os senhores
discordam que as emendas
foram frutos da desinfor-
mação?
Mansueto — Pelo contrá-
rio, como já disse o Hum-
berto Souto, as emendas fo-
ram calcadas na realidade
que nós vivemos nas nossas
regiões; em segundo lugar,
até hoje não há quem con-
teste esses números que eu
apresentei, que são altos e
calculados por cima, por-
que foram colhidos dos da-
dos do Banco Central.

Souto — Disseram o
Mansueto e o Ponte que es-
sa matéria vai tomar conta
da Constituinte e da im-
prensa. Gostaria de aqui
registrar o meu elogio ao
CORREIO BRAZILIENSE

e de dizer o que a imprensa
deveria fazer, ao invés de
nos chamar de irresponsá-
veis, era seguir o exemplo
d o CORREI O
BRAZILIENSE: chamar os
autores da emenda, alguns
que não concordam com a
emenda e até técnicos e ir-
mos a uma mesa redonda
para debater, ouvir um la-
do e outro. Vamos saber
quem está com a verdade.

Azevedo — Em primeiro
lugar eu gostaria de agra-
dece r ao CORREIO
BRAZILIENSE em nos dar
essa oportunidade, porque
até agora, infelizmente, o
restante da imprensa tem
se furtado a isso. Estou
muito contente porque pela
primeira vez tivemos um
importante debate, mas o
que nos preocupa realmen-
te, ao micro e pequeno em-
presários, é que nós devía-
mos fazer um apelo aos mi-
cro e pequenos empresá-
rios de todo o Brasil para
que eles conscientizem os
constituintes da necessida-
de deles estarem presente
no dia da votação. Essa é a
única preocupação nossa,
porque é através dos senho-
res constituintes aqui pre-
sente que nós sabemos que
a emenda passa, mas para
isso é preciso haver quo-
rum. O maior inimigo hoje
do pequeno e micro empre-
sário e do pequeno produ-
tor rural é exatamente esse
fator, porque tudo está es-
clarecido. Além disso, é
preciso frisar uma coisa
importante, que é a volta
do microempresário e do
pequeno produtor à econo-
mia através dessa emenda.